

**APRESENTAÇÃO DA SÉRIE
IGREJAS/AGENTES RELIGIOSOS**

Nesta série estão organizadas as entrevistas com lideranças, agentes pastorais e representantes das organizações sociais vinculadas a Igreja Católica, em especial a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Entrevistas disponíveis até o momento:

- Clodovis Boff
- CPT (diversos integrantes)
- Dom Adriano Hipólito
- Dom Aloísio Lorscheider
- Dom Avelar Brandão
- Dom Paulo Evaristo Arns
- Dom Pedro Casaldáliga
- Dom Tomás Balduino (Paulo Balduino de Sousa Décio)
- Frei Sérgio Gorgen
- Frei Xavier Plassat
- Georges Casalis
- Inês Fátima Polidoro (CPT de Campos)
- Ivo Poletto
- Leonardo Boff
- Maria de Jesus da Silva
- Padre Antônio Melo
- Padre Paulo Joanil da Silva
- Padre Victor Asselin
- Paulo Crespo
- Ricardo Rezende, Domingos Furlan e Raimunda Gomes da Silva.
- Vera Lúcia Marques Tavares

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Clodovis Boff

DADOS BIOGRÁFICOS: Teólogo, professor de teologia na PUC/RJ e no Instituto Teológico e Filosófico dos Franciscanos em Teresópolis, assessor das comunidades eclesiais de base da Amazônia.

ENTREVISTADOR (ES): Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional)

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:

TÍTULO DA MATÉRIA: Entrevista da Fase com Clodovis Boff

DATA: Agosto/1984

LOCAL:

OBSERVAÇÕES: Entrevista retirada da publicação “Elementos para o conhecimento e a interpretação da conjuntura ou momento político atual” – Série Conjuntura nº 9

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igreja/Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.IG.ci i.cboff	19 páginas	Sim	Páginas datilografadas.

DESCRITORES:

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Dom Hélder Pessoa Câmara (bispo católico)
Dom Pedro Casaldáliga (bispo católico)
Educação popular
Fase - Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional
Redemocratização (anos 1980)
Teologia
Teologia da Libertação

SUMÁRIO: O entrevistado se apresenta e fala das perspectivas futuras de trabalho; expõe o princípio da mediação da realidade na metodologia da teologia da libertação; explica como é feita a análise da realidade no campo pastoral, tanto metodologicamente quanto o instrumental teórico e analítico utilizado; apresenta quais são os objetivos de se fazer a interpretação da realidade nos trabalhos de base, como os grupos de ação elaboram as saídas a partir desta leitura de conjuntura, saídas que se projetam tanto num plano utópico e ideal quanto saídas mais concretas, efetivas; fala sobre o que chama de um segundo momento na análise da realidade pelas pastorais populares, a mediação propriamente teológica, de caráter inspiracional e de mística; expõe também o que seria um terceiro momento, que se dá a partir do confronto entre os dois primeiros e resulta na elaboração dos encaminhamentos práticos; aprofunda-se nas diferenças do trabalho de base realizado pela igreja, que se dá a partir de um recorte indiferenciado das classes subalternas, e o trabalho de base sindical e partidário, que parte de um recorte determinado, mais definido em termos de conteúdo de classe e organização política; discorre sobre a função política deste trabalho pastoral, no sentido amplo, com preocupações de caráter histórico-político e, sobretudo, humano; sobre as divergências políticas havidas entre setores da Igreja e como se dá a unidade da mesma para além destes fatores o teólogo discorre sobre os elementos que constituem a unidade básica interna da Igreja como elementos baseados no critério da fé e a partir do qual se derivam as instituições e autoridades eclesiais, e que o juízo político aparece nas derivações histórico-teológicas das distintas leituras e consequências provenientes da fidelidade ao dado básico da fé; aprofunda a compreensão da função política da Igreja como derivada da própria fé, e de modo coerente com todos os demais temas que ocupam o trabalho das pastorais, a relação dialética entre os princípios da transcendência e da imanência e demais especificidades que conformam o poder de mobilização da Igreja; fala sobre o movimento à época inicial das comunidades eclesiais de base, seus objetivos, potenciais de transformação da Igreja e da sociedade como um todo, bem como as dificuldades deste trabalho vir a contribuir também na configuração dos segmentos organizados da esquerda; coloca a necessidade de rever as categorias de análise e de organização importadas do “primeiro mundo”, situando-as na experiência histórica da América Latina e, a partir daí, coloca a necessidade de se utilizar um novo conceito de povo; expõe sua opinião sobre as dificuldades de ocupação dos espaços institucionais, identificando que o Partido dos Trabalhadores e as comunidades eclesiais de base de então se iludiram ao ocuparem o aparelho do estado, já que ainda era preciso reforçar o trabalho popular e acumular forças políticas para operar estes espaços ocupados de acordo com a linha de interesses do movimento popular; fala sobre como as pautas relacionadas ao processo de redemocratização (eleições diretas, candidatura única das oposições, etc) surgem no cotidiano do trabalho das pastorais, identificando impasses que fazem com que estas pautas não mobilizem as bases com

tanta expressividade; situa as diferenças entre a prática da Teologia da Libertação no Brasil e na América Latina, reforçando que trata-se de uma designação para um movimento mais amplo dentro da Igreja, que pretende uma reflexão de fé que assume os desafios históricos encarnados nas classes populares; termina a entrevista falando sobre a resistência dos setores reacionários, tanto da Igreja quanto da sociedade como um todo, ao ideário da Teologia da Libertação.



DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): CPT – Comissão Pastoral da Terra

DADOS BIOGRÁFICOS:

ENTREVISTADOR (ES): Vários (Elide Rugai Bastos, Fernando Lourenço, Joaquim Soriano, José dos Reis dos Santos Filho, Vera Lúcia Botta Ferrante)

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no início do Projeto “Dez Anos de Luta pela Terra – 1969/1979)

DATA: Início da década de 1980

LOCAL: São Paulo, SP

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES: Remissiva aos dossiês sobre o projeto Dez Anos de Luta pela Terra (1969/1979), sob código: MSPP/sr-SC.cct.al até MSPP/sr-SC.cct.sp, do conjunto Sindicalismo Rural.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	Não há			
TRANSCRIÇÃO	MSPP/En. IG.trans.cpt	41 páginas	Sim	Páginas datilografadas

DESCRITORES:

Amazônia Legal
Boía-fria
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
Conflito por terra
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPO - Comissão Pastoral Operária
CPT - Comissão Pastoral da Terra
Igreja
Luta de Classes
Luta pela Terra
Nordeste
Posse da terra
Sindicalismo rural
Titulação da terra
Trabalhador assalariado

SUMÁRIO:

Os entrevistados informam que a CPT atua desde 1975 na luta pela posse da terra, sendo o início de sua atuação se deu na área da Amazônia Legal; reforçam a presença dos agentes pastorais da Igreja atuando, inicialmente, de forma assistencialista e depois apoiando o movimento rural na sua luta; destacam o surgimento do sindicalismo e a aproximação com ele; esclarecem porque a CPT não é tão presente no Nordeste e a dificuldade na relação com os boias-frias e assalariados; detalham como se dá a prática da CPT, o acompanhamento dos agentes pastorais e qual a filosofia da sua atuação; contam como a CPT se envolveu com os conflitos agrários e a iniciativa e importância de se fazer um levantamento/mapeamento deles; tratam dos tipos de conflitos e das diferenças regionais; sintetizam melhor os objetivos e atuação da CPT; expõem a relação da estrutura da Igreja e da CNBB com a CPT; abordam a relação com a CPO; revelam que a linha política da CPT ainda está em construção e que o debate acadêmico é um desafio também; explicam a problemática da titulação da terra entre os próprios trabalhadores em todo o país; apontam alguns problemas das federações, da Contag e do sindicalismo como um todo; discorrem sobre os arquivos da CPT e o aprofundamento desses dados e pesquisa.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dom Adriano Hipólito

DADOS BIOGRÁFICOS: Fundador da diocese de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, RJ.

ENTREVISTADOR (ES): Jorge Antônio Barros

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: *Jornal do Brasil*

TÍTULO DA MATÉRIA: “Reforma Agrária não será fácil”

DATA: 03/08/1986

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. IG.cli.dah	01 página	Sim	Fotocópia do original

DESCRITORES:

Assembléia Nacional Constituinte
Baixada Fluminense
Bico do Papagaio (TO)
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Diocese de Nova Iguaçu (RJ)
Ditadura militar (1964-1985)
Governo Sarney (1985-1989)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Latifundiários
Leonardo Boff (frei)
Luta por terra
Posseiros
Teologia da Libertação

SUMÁRIO:

Fala sobre a fundação da Diocese de Nova Iguaçu e a organização das associações de moradores na região; comenta os conflitos por terra na Baixada e a distribuição de terras da diocese por meio de regularização fundiária; analisa a reforma agrária e Governo Sarney; trata da Constituinte; comenta sobre a Teologia da Libertação; fala sobre os resquícios da ditadura militar nas ações do Executivo e Legislativo; fala sobre ditadura, tortura e sobre religião na atualidade.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dom Aloísio Lorscheider
DADOS BIOGRÁFICOS: Arcebispo de Fortaleza no momento da entrevista.
ENTREVISTADOR (ES): Não identificado
VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: O Liberal
TÍTULO DA MATÉRIA: Não consta
DATA: 15/07/1985
LOCAL: Não consta
OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. IG.cli.dal	01 página	Sim	Fotocópia de recorte do periódico

DESCRITORES:

Capitalismo
CPT - Comissão Pastoral da Terra
GEBAM - Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas
Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
Igreja Católica
Latifundiário
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (I,1985)
Reforma Agrária
Violência no campo

SUMÁRIO:

Fala sobre a posição da igreja em relação ao PNRA: destaca que considera o Plano impregnado de uma lógica capitalista, o que vai de encontro com a posição da Igreja, que defende uma reforma agrária que chama de comunitarista, com o foco no bem comum; comenta a respeito do pedido da CPT de extinção do Getat e do Gebam.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dom Avelar Brandão

DADOS BIOGRÁFICOS: Cardeal brasileiro. Nasceu em Viçosa (AL), em 13/06/1912, e morreu em Salvador, em 19/12/1986. Com apenas 33 anos foi sagrado bispo de Petrolina, arcebispo de Teresina. Em 1971 foi nomeado Arcebispo Metropolitano de São Salvador da Bahia e em 1972 recebeu o barrete cardinalício das mãos do papa Paulo VI.

ENTREVISTADOR (ES): Não identificado

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: O Globo

TÍTULO DA MATÉRIA: “Dom Avelar: Está na hora do Brasil definir seu caminho”

DATA: 27/10

LOCAL: Salvador

OBSERVAÇÕES: O ano da entrevista está cortado na reprodução do material, mas provavelmente é 1985 ou 1986.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. IG.cli.da	02 páginas	Sim	Fotocópia de recorte do periódico

DESCRITORES:

Celam – Conselho Episcopal Latino-americano
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
Direito à propriedade
Direito de greve
Estado democrático
Estado e igreja
Governo Sarney (1985-1989)
Greve
Igreja Católica
Redemocratização (anos 1980)
Reforma Agrária
Religião e política
Trabalhador rural
Trabalhador urbano

SUMÁRIO:

Avalia, de forma geral, o Brasil e a Igreja Católica ao longo de seus 50 anos de vida sacerdotal, apontando os principais recuos e falhas desse período; explica o que ele considera ser o papel da Igreja no momento da entrevista, destacando a importância de se fazer uma reforma agrária e uma nova Constituição; sobre a Constituinte, expressa que a Igreja está acompanhando as lideranças políticas e suscitando a participação de lideranças civil, mas não vai participar diretamente do processo; explica o seu entendimento sobre a reforma agrária; avalia positivamente a atuação da Igreja ao lado dos trabalhadores rurais sem terra em algumas regiões do país, embora ache que é preciso ter cuidado com as posições meramente de afirmação do poder político de grupos; também considera legítima a luta e a greve dos trabalhadores urbanos em um regime democrático; manifesta que o “pacto social” proposto pelo governo é válido, porém deve haver boa vontade entre as partes envolvidas a fim de que cheguem a um consenso; crê que não há perigo de retrocesso político no país, pois não há clima nem razões para isto.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dom Paulo Evaristo Arns

DADOS BIOGRÁFICOS: Dom Frei Paulo Evaristo Arns O.F.M. (Forquilha, 14 de setembro de 1921) é um frade franciscano e cardeal brasileiro. Foi o quinto arcebispo de São Paulo, tendo sido o terceiro prelado dessa Arquidiocese a receber o título de cardeal. Atualmente é arcebispo-emérito de São Paulo e protopresbítero do Colégio Cardinalício.

ENTREVISTADOR (ES): Antonio Carlos Prado e Nelson Letaif

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Senhor

TÍTULO DA MATÉRIA: De esperança em esperança

DATA: 23/05/1988

LOCAL: desconhecido

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas/Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.IG. cli.dpea	5 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)

Brasil: Nunca Mais

Forças armadas

Papa João Paulo II

Reforma Agrária

Teologia da Libertação

SUMÁRIO:

Começa falando de sua decepção da derrota da reforma agrária na constituinte; fala sobre o papel da Igreja na sociedade brasileira na Nova República; fala sobre a opção preferencial pelos pobres da igreja; fala do descrédito do governo por conta de seu desdém com os mais pobres; fala sobre a frustração da não aprovação de limite da propriedade da terra na constituinte; fala sobre perspectivas futuras de mudanças para a política brasileira; critica o deputado Cardoso Alves por ter usado uma frase de São Francisco; fala sobre a relação das forças armadas e corrupção na atualidade; fala sobre as concepções mundiais de socialismo em tempos de fins da guerra fria; sobre o desânimo político e a renovação política dessa época de transição; papel da igreja no mundo em tempos de crise da URSS; relação com o Papa e o desmembramento da Diocese de São Paulo; sobre seu papel com a Teologia da Libertação; critica o regime brasileiro, alegando não ser democrático; sobre a continuidade do racismo no Brasil; sobre segredos das Forças Armadas, dívida externa e falta de democracia; relação entre Forças Armadas e Igreja; sobre uma onda conservadora no mundo.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dom Pedro Casaldáliga

DADOS BIOGRÁFICOS: É bispo da prelazia de São Félix do Araguaia (MT) e adepto da Teologia da Libertação no Brasil. Natural da Catalunha (Espanha).

ENTREVISTADOR (ES): Pedro Tierra

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Teoria e Debate*

TÍTULO DA MATÉRIA: “D. Pedro Casaldáliga”

DATA: junho-agosto de 1994

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. IG.cli.dpc	12 páginas	Sim	Fotocópia do original

DESCRITORES:

África do Sul
Amazônia
América Latina
Arena – Aliança Renovadora Nacional
Capitalismo
Chiapas (México)
Cidadania
Colono
Comunidade indígena
Congresso Nacional
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Democracia
Desapropriação de terras
Ditadura militar (1964-1985)
Empreiteiro
Estado plurinacional
Europa
Igreja
Latifúndio
Luiz Inácio Lula da Silva (sindicalista)
Luta pela terra
Mato Grosso
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Papa João Paulo II
Parque Xingu (MT)
Participação popular
Partido político
Pistolagem
Posseiro
PT – Partido dos Trabalhadores
Reforma agrária
Rio Araguaia (MT, GO e PA)
São Félix do Araguaia (MT)
Socialismo
Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Teologia da Libertação
Trabalho escravo
Violência no campo

SUMÁRIO:

Fala sobre o assassinato do “peão Maguila” - trabalhador e seu companheiro - e analisa este caso na disputa por terra; conta sobre a criação da CPT e sobre a desconfiança dos trabalhadores acostumados à Igreja tradicional; fala sobre os conflitos por terra que envolvem índios, posseiros e latifundiários; fala sobre a CPI da Terra dos anos 70, e da posição do parlamentar Siqueira Campos; trata da construção da estrada que cruzaria a Ilha do Bananal e seus impactos e interesses; fala da preocupação da Igreja com atitudes progressistas do entrevistado e cerceamento de sua atividade pastoral; fala sobre a visita do Papa João Paulo II ao Brasil e o encontro com os bispos do país; analisa os impactos do colapso do Leste Europeu no pensamento da esquerda e na Teologia da Libertação na América Latina; discorre sobre o significado do levante de Chiapas no México e outros levantes populares da América Latina; fala sobre racismo e o significado da eleição de Mandela na África do Sul; conta sobre o desinteresse em voltar a morar na Europa; discorre sobre o assassinato do padre João Bosco Burnier em 1976 e de outros padres e o significado das mortes junto à população; conta sua paixão por escrever poesias e opina sobre poetas e escritores de esquerda da América Latina; analisa o ressuscitar dos movimentos sociais e populares, dos partidos políticos e seu significado para a cidadania e democracia do Brasil; faz considerações sobre a existência de trabalho escravo no Brasil; defende um projeto popular pluriétnico, pluricultural e plurinacional, com reforma agrária; critica o neoliberalismo; fala da estrutura conservadora do país e da dificuldade de transformação mesmo com um possível governo de Lula; afirma que reforma agrária só se faz com desapropriação; apresenta um desenho de uma sociedade justa; dá conselho aos candidatos à Presidência da República: “que saiam do jogo caso não saibam jogá-lo”.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dom Tomás Balduino (Paulo Balduino de Sousa Décio)

DADOS BIOGRÁFICOS: Foi um bispo e teólogo católico brasileiro, bispo-emérito de Goiás e assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Pertenceu à Ordem dominicana. Teve um papel de destaque dentro da Igreja Católica nas questões referentes à reforma agrária e aos direitos dos povos indígenas. Participou da criação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1972, da qual foi presidente entre 1980 e 1984, e da CPT, em 1975, que presidiu de 1999 a 2005.

ENTREVISTADOR (ES): Natalia Viana, Marina Amaral, Nicodemus Pessoa, Palmério Dória, Mylton Severiano, João de Barros, Thiago Domeici e Sérgio de Souza

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Caros Amigos

TÍTULO DA MATÉRIA: “O Patriarca da Terra”

DATA: 03/2005

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas/Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.IG cli.dtb	06 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Agronegócio
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Ditadura militar (1964-1985)
Dorothy Stang (missionária)
Governo Lula (2003-2006)
Marina Silva (Ministra do Meio Ambiente)
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Papa Paulo II
Programa Fome Zero
PT – Partido dos Trabalhadores
Teologia da Libertação
UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO:

Nascimento, infância, família e relação desta com a igreja; trajetória e formação de padre; como se tornou missionário; a entrada de capitais na vida dos índios em sua missão; primeiros conflitos de grileiros com indígenas em Conceição do Araguaia; bispos insatisfeitos com o apoio da Igreja ao golpe de 1964; reação do Vaticano frente a isso; os impactos de aberturas de fronteiras na Amazônia para as comunidades tradicionais; a reação do governo frente a morte da Irmã Dorothy; sobre a influência da UDR em Anapu (PA); preconceito judiciário contra o MST; sobre os dados de famílias despejadas, segundo a CPT e a impunidade da violência no campo; sobre a tabela de recompensa à assassinatos para os pistoleiros; sobre ameaças à sua própria vida; a forma como os grileiros encobrem seus crimes; a violência, o desemprego e o agronegócio; críticas à Ministra do Meio Ambiente Marina Silva; críticas ao agronegócio, comparado à agricultura familiar; sobre o papel e atuação da CPT no Pará; avaliação da atuação da CPT entre hoje (2005) e anos 50/60; comparação da relação entre o governo FHC e Lula com os movimentos populares; críticas ao presidente da Câmara dos deputados, Severino Cavalcanti e ao Estado policialesco; críticas ao Lula e ao PT; a conjuntura local de luta pela terra no Nordeste; relação do Estado e do atual governo com a Reforma Agrária; sobre a renúncia do papa João Paulo II; avaliação do papado de João Paulo II e a teologia da libertação; programas sociais do governo; avaliação do Programa Fome Zero; a proliferação das ONGs na América Latina; avaliação do orçamento participativo em Goiânia; o significado do anel de Tucum que tanto ele quanto o padre Wilson, de Florianópolis, usam; perspectivas de socialismo que se perderam ao longo dos anos no PT; opiniões sobre aborto e casamento gay.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dom Tomás Balduino (Paulo Balduino de Sousa Décio)

DADOS BIOGRÁFICOS: Foi um bispo e teólogo católico brasileiro, bispo-emérito de Goiás e assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Pertenceu à Ordem dominicana. Teve um papel de destaque dentro da Igreja Católica nas questões referentes à reforma agrária e aos direitos dos povos indígenas. Participou da criação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1972, da qual foi presidente entre 1980 e 1984, e da CPT, em 1975, que presidiu de 1999 a 2005.

ENTREVISTADOR (ES): Marina Amaral

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Caros Amigos

TÍTULO DA MATÉRIA: “O judiciário está despejando assentados”

DATA: 09/2003

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igreja / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.IG cli.dtb2	02 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Assentado rural
Assentamento rural
Conflitos no campo
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Dom Tomás Balduino
Justiça agrária
Latifúndio
Reforma agrária
Violência no campo
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Governo Lula
Governo Fernando Henrique Cardoso

SUMÁRIO:

Diz que mídia se refere somente às ocupações de terra e fecha os olhos para os assassinatos e despejos no campo; fala sobre dados de despejos de assentamentos rurais; questiona despejo de um assentamento em Turvânia (GO), onde vivem 92 famílias; afirma que judiciário está atuando contra a classe trabalhadora e a função social da terra; opina sobre atuação do judiciário; diz que despejos estão ocorrendo no Brasil inteiro, com maior incidência no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo; explica as três formas de violência que se dá no campo: a violência do latifundiário, a do judiciário e a da mídia; contrapõe o número de assassinatos no campo àqueles que foram levados a julgamento; diz que o Executivo precisa manter o caminho constitucional da reforma agrária; critica a política de assentamentos feita no governo FHC; fala sobre o papel da mídia no acirramento dos conflitos no campo; fala sobre medidas no governo Lula que vão contribuir para a reforma agrária pacífica: o Plano Safra, o Plano de Emergência para os acampados, a proposta de se assentar 60 mil famílias; comenta sobre o primeiro Plano de Reforma Agrária; fala sobre novo Plano de Reforma Agrária e necessidade de derrubar as limitações legais para a reforma agrária.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dom Tomás Balduino (Paulo Balduino de Sousa Décio)

DADOS BIOGRÁFICOS: Foi um bispo e teólogo católico brasileiro, bispo-emérito de Goiás e assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Pertenceu à Ordem dominicana. Teve um papel de destaque dentro da Igreja Católica nas questões referentes à reforma agrária e aos direitos dos povos indígenas. Participou da criação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1972, da qual foi presidente entre 1980 e 1984, e da CPT, em 1975, que presidiu de 1999 a 2005.

ENTREVISTADOR (ES): Aziz Filho

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Isto É

TÍTULO DA MATÉRIA: “Lula esgotou-se”

DATA: 16/01/2008

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES: Trata-se de uma versão digital da reportagem.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igreja / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.IG cli.dtb3	05 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Conflito por terra
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Dom Tomás Balduino (bispo católico)
Eleições presidenciais
Governo Lula (2007 – 2010)
PT – Partido dos Trabalhadores
Reforma agrária
Rio São Francisco

SUMÁRIO:

[breve resumo sobre Dom Tomás Balduino]

Opina sobre fim do CPMF; diz ser a favor de taxar operações financeiras; diz que Lula se beneficia de uma aceitação popular, mas não dialoga mais com o povo; afirma que Lula não fez diferença alguma na luta contra o latifúndio; afirma apoiar movimentos que arriscam a pele em ações mais violentas; fala sobre nomes possíveis nas eleições de 2010; afirma que Lula se esgotou para um terceiro mandato; explica seu desapontamento com o governo Lula; fala sobre necessidade de aparecimento de uma liderança para responder as demandas das bases populares; explica porque é contra a transposição do rio São Francisco e qual sua alternativa para o problema da seca; diz que o conflito por terra continua intensa; comenta projeto Paz no Campo no Pará; afirma que governo faz reforma agrária no sentido de deportação do camponês para longe; critica agronegócio mecanizado e cultura da cana para a chamada “energia limpa”.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dom Tomás Balduino (Paulo Balduino de Sousa Décio)

DADOS BIOGRÁFICOS: Foi um bispo e teólogo católico brasileiro, bispo-emérito de Goiás e assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Pertenceu à Ordem dominicana. Teve um papel de destaque dentro da Igreja Católica nas questões referentes à reforma agrária e aos direitos dos povos indígenas. Participou da criação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1972, da qual foi presidente entre 1980 e 1984, e da CPT, em 1975, que presidiu de 1999 a 2005.

ENTREVISTADOR (ES): Cida de Oliveira

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: “ ‘O cerrado é alvo do avanço da monocultura’, afirma dom Tomás”

DATA: 17/05/2011

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES: Trata-se de versão digital da entrevista.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igreja / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.IG cli.dtb4	04 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Cerrado
Conflito por terra
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Dom Tomás Balduino (bispo católico)
Questão ambiental
Questão energética
Rio São Francisco
Trabalhador rural
Transgênico
Violência no campo

SUMÁRIO:

[breve histórico sobre Dom Tomás Balduino]

Opina sobre o que mudou no tratamento ao homem do campo depois da ditadura militar; afirma que o golpe foi dado para quebrar a espinha dorsal das organizações camponesas; fala sobre contexto de nascimento da CPT e do MST; fala sobre avanço da monocultura sobre o cerrado e consequências do desmatamento de seu solo; critica a chamada revolução verde; afirma que o que interessa ao governo é o agronegócio que passa por cima das pequenas propriedades e não mata a fome; opina que no setor energético a lógica se mantém na superprodução (hidrelétrica, nuclear) em detrimento de outras alternativas técnicas; reforça equívoco na ideia da transposição do rio São Francisco; critica modelo energético do Japão; defende a busca por um mundo mais equilibrado e sustentável; fala sobre contexto de criação da CPT; explica que a Pastoral Indigenista segue o mesmo princípio da CPT de dar auxílio a uma população que sofre repressão e exclusão social; fala sobre levantamento da CPT sobre os assassinatos no campo; questiona atuação da justiça diante de crimes contra os direitos humanos no mundo rural; critica atualização do Código Florestal; acha positivo a entrada de uma mulher na Presidência da República, mas afirma ser um continuísmo da política atual; fala sobre fortalecimento dos movimentos sociais durante o governo FHC; diz que governo Lula traiu o compromisso de fazer uma reforma agrária; afirma que maior problema do transgênico é o fato da semente ser subtraída do trabalhador; diz que o trabalhador deve ter o domínio da semente e da terra; diz que já foi ameaçado de morte várias vezes e que teme por outros padres e sacerdotes.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dom Tomás Balduino (Paulo Balduino de Sousa Décio)

DADOS BIOGRÁFICOS: Foi um bispo e teólogo católico brasileiro, bispo-emérito de Goiás e assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Pertenceu à Ordem dominicana. Teve um papel de destaque dentro da Igreja Católica nas questões referentes à reforma agrária e aos direitos dos povos indígenas. Participou da criação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1972, da qual foi presidente entre 1980 e 1984, e da CPT, em 1975, que presidiu de 1999 a 2005.

ENTREVISTADOR (ES): Alceu Luís Castilho

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Agência Repórter Social

TÍTULO DA MATÉRIA: Não consta

DATA: 23/07/2006

LOCAL: Brasília, DF

OBSERVAÇÕES: Trata-se de versão digital, impressa, da entrevista. A entrevista ocorreu um mês depois de um confronto entre o MLST e seguranças da Câmara dos Deputados; foi concedida durante o Encontro Nacional dos Povos do Campo em Brasília.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igreja / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.IG cli.dtb5	10 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Conflito por terra
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Dom Tomás Balduino (bispo católico)
Governo Lula (2003 – 2006)
MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra
Questão ambiental
Questão energética
Reforma agrária
Trabalhador rural
Violência no campo

SUMÁRIO:

Fala sobre criminalização das organizações do campo pela mídia; afirma haver um retrocesso em relação à ideia de reforma agrária; fala sobre necessidade de uma reformulação do Congresso; afirma que estrutura do Congresso distante do povo permite a impunidade; defende uma reforma política e constitucional feita por um órgão externo distante do raio de influência dos deputados; explica distorção na estrutura de poder no Brasil; diz que aumento das organizações populares são positivas para a proposta de uma nova Constituinte; explica seu temor de um avanço da direita no Brasil; afirma que “centro” é em si “direita”; define “esquerda”: toda forma de promoção a partir de baixo, de dar voz aos mais pobres; critica grupo do MLST preso em confronto dentro da Câmara dos Deputados; fala sobre formulação anual do Caderno de Conflitos da CPT e características da violência no campo; exemplifica com caso de grupo indígena que foi despejado de uma terra em favor de um casal que se intitulava proprietário da terra; diz quantos anos possui e afirma não estar radicalizando seu discurso com o passar dos anos; fala sobre correlação de forças entre CPT e CNBB; explica posicionamento da CNBB em não assinar texto ecumênico lançado pela CPT a partir da Carta da Terra (1980); afirma uma diversidade de posturas entre os bispos da CNBB; opina que postura conciliadora de Lula evitou uma radicalização no sentido de um golpe, de propostas de impeachment; diz que Lula não sofreu um impeachment porque concedeu tudo à elite financeira; afirma que reeleição de Lula já é certa; discute sobre o poder dos governadores e estrutura política que reafirma esse poder; diz que fracasso do Lula em torno da reforma agrária possibilita a emergência da organização popular; diz que momentos mais tensos vividos foram na estrada das organizações do campo durante os anos 80-90, em Goiás; comenta apoio dado pelas dioceses às organizações do campo; cita exemplo de um encontro de trabalhadores em sua casa; explica que objetivo da Diocese era dar apoio somente e permitir aos trabalhadores o seu protagonismo; conta que sua experiência vem de longe e fala sobre trabalho desenvolvido em Conceição do Araguaia em áreas indígenas; cita conflitos de terra vivenciados em Conceição do Araguaia; fala sobre relação com a polícia e diz ter medo somente de jagunços; cita nomes de padres assassinados; conta que ida ao velório do padre Rodolfo Lunkenbein o salvou de uma emboscada; diz que não é de chorar nesses episódios e que as comunidades eclesiais de base lidam de maneira distinta com a morte: “a morte recupera um pouco a espiritualidade dos primeiros cristãos, que o sangue do mártir é semente, vida nova na igreja”; cita personagens assassinados que chegou a conhecer; opina sobre o que os mártires têm em comum: mística em torno da libertação das condições de vida do povo; diz não possuir arrependimentos; lembra de seu pai a quem atribui sua coragem de enfrentar os acontecimentos.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dom Tomás Balduino (Paulo Balduino de Sousa Décio)

DADOS BIOGRÁFICOS: Foi um bispo e teólogo católico brasileiro, bispo-emérito de Goiás e assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Pertenceu à Ordem dominicana. Teve um papel de destaque dentro da Igreja Católica nas questões referentes à reforma agrária e aos direitos dos povos indígenas. Participou da criação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1972, da qual foi presidente entre 1980 e 1984, e da CPT, em 1975, que presidiu de 1999 a 2005.

ENTREVISTADOR (ES): não identificado

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Correio Braziliense

TÍTULO DA MATÉRIA: Entrevista – Dom Tomás Balduino

DATA: 04 de abril de 2009

LOCAL: Brasília, DF

OBSERVAÇÕES: Impresso de email no qual se recebeu a íntegra da entrevista.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igreja / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.IG cli.dtb6	2 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Agronegócio
Conservação ambiental
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Dom Tomás Balduino (bispo católico)
Dorothy Stang (missionária)
Povos da Amazônia
Povos e comunidades tradicionais
Povos indígenas
Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS
Quebradeiras de babaçu
Questão ambiental
Reforma agrária
Soberania alimentar
Trabalhador rural

SUMÁRIO:

Fala sobre a necessidade de entender a reforma agrária de maneira ampla, do ponto de vista social e ecológico; fala da relação entre o agronegócio e a devastação da natureza; fala da necessidade de superar a reforma agrária baseada na divisão de lotes individuais para cada família, e partir para um novo estágio, a partir da soberania territorial e alimentar; cita as dificuldades de aceitação deste modelo pelos assentados e aponta os exemplos a partir das terras indígenas e quilombolas, associando ao modelo dos Planos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) defendidos pela missionária Dorothy Stang; fala da nova compreensão do modo de ser camponês que vem sendo assumida pelos movimentos da Via Campesina; rebate as críticas de que este modelo coletivista não seria produtivo e finaliza falando quais devem ser os objetivos da reforma agrária.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dom Tomás Balduino (Paulo Balduino de Sousa Décio)

DADOS BIOGRÁFICOS: Foi um bispo e teólogo católico brasileiro, bispo-emérito de Goiás e assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Pertenceu à Ordem dominicana. Teve um papel de destaque dentro da Igreja Católica nas questões referentes à reforma agrária e aos direitos dos povos indígenas. Participou da criação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1972, da qual foi presidente entre 1980 e 1984, e da CPT, em 1975, que presidiu de 1999 a 2005.

ENTREVISTADOR (ES): Belisa Ribeiro

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: “Lula vai sofrer mais que FH”

DATA: 14/09/2003

LOCAL: Brasília

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igreja/Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.IG.cli.dtb7	1 página	Sim	Impresso original.

DESCRITORES:

CPT – Comissão Pastoral da Terra
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Fé e política
Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)
Governo Lula (2003-2006)
Igreja Católica
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
José Rainha (liderança MST)
Lei de Terras
Luta pela Terra
Miguel Rosseto (ministro do MDA)
MLT - Movimento de Luta Pela Terra
MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra
Movimentos Sociais
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MP 2.027/2000 (impede desapropriação de terras ocupadas)
Ocupação de Terra
Papa João Paulo II
Pontal do Paranapanema (SP)
Teologia da Libertação
Violência no campo

SUMÁRIO:

Inicia falando sobre as características do movimento de luta pela terra, cita o MLT e MLST, e destaca as mudanças na Contag; fala sobre a multiplicação dos acampamentos como reflexo das expectativas a partir de Lula; fala das diferenças de atuação entre partido e movimento social, reforçando a natureza política também dos movimentos; fala sobre as expectativas do MST de assentar as 120 mil acampadas como pressão sobre Lula e sobre o movimento sentir-se co-responsável pela eleição do mesmo; comenta porque considera que Lula vai ser pressionado do que FHC; fala sobre as ocupações de terra como um processo histórico, passando pela Lei de Terras e pelo reconhecimento da posse das comunidades negras rurais; critica a medida provisória 2.027/2000, de FHC, que impede a realização de perícia para desapropriação em áreas ocupadas pelo movimento; defende as ações de ocupações de prédios públicos e rodovias; fala sobre a demissão do presidente do Incra, Marcelo Resende, pelo então Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto; comenta a prisão de José Rainha e sua esposa, sobre a grilagem no Pontal do Paranapanema; critica a atuação do Judiciário na criminalização da luta pela terra; apresenta alguns números em torno da violência no campo e da impunidade dos casos; comenta sua participação em dois conselhos do governo Lula, enquanto representante da CPT; fala da dimensão política da fé; fala sobre o governo Lula como um governo em disputa, os setores conservadores dentro do governo e porque o considera como centro-esquerda; critica os retrocessos da Igreja com o Papa João Paulo II; fala da caminhada de libertação que está em curso independentemente da atuação da Igreja; comenta o crescimento das igrejas evangélicas, pontua diferenças em relação ao catolicismo; fala sobre o Encontro de Fé e Política, que ocorreria em Goiânia; fala sobre sua disposição para o trabalho aos 81 anos.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Frei Sérgio Gorgen

DADOS BIOGRÁFICOS: frade franciscano da Ordem dos Frades Menores do Rio Grande do Sul, ex-deputado estadual e militante há mais de 35 anos junto a MST e MPA, autor do livro “Trincheiras da Resistência Camponesa” (2017).

ENTREVISTADOR (ES): Marco Weissheimer

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: site de notícias Sul21

TÍTULO DA MATÉRIA: “É estratégico para a humanidade o campesinato continuar vivo”

DATA: 21 de agosto de 2017

LOCAL: não identificado

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igreja/Agentes religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.IG cli.fsg	12 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Agricultura familiar
Agroecologia
Agronegócio
Agrotóxico
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Estrangeirização de terras
Governo Dilma Roussef (2011 – 2014)
Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)
Governo Lula (2003-2006)
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Kátia Abreu (ruralista/CNA)
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Plano Real
Reforma Agrária
Rio Grande do Sul
Transgênico
Via Campesina

SUMÁRIO:

Inicia falando de um dos principais temas que aborda em seu livro “Trincheiras da Resistência Camponesa”, que é o modelo de exploração agrícola implantado no Brasil com o Plano Real, no governo FHC; comenta a relação de dependência entre o agronegócio, o mercado financeiro e as multinacionais de insumos; explica o funcionamento deste mercado, que conta com participação do Estado, não só com concessão de crédito mas também com a aprovação de legislação permissiva para agrotóxicos e transgênicos; fala da aliança de classe que os governos do PT fizeram com o agronegócio, tendo consolidado esse modelo. Em seguida, aprofunda na relação entre mecanismos de estrangeirização de terras e financiamento internacional; comenta sobre o que acredita ser a crise deste modelo do agronegócio; fala das mudanças de comportamento da população urbana, que vem criticando o alto teor de agrotóxicos nos alimentos e afirma a necessidade de o campesinato estar organizado em torno das alternativas para fracasso dos monocultivos; faz um balanço sobre a atuação dos movimentos sociais do campo no período de 2000 a 2016; fala sobre a origem do MST, a reforma agrária no governo de Olívio Dutra no estado do Rio Grande do Sul; comenta sobre sua posição desde sempre crítica em relação aos transgênicos e a relação com o aumento da dependência dos agrotóxicos; fala sobre os equívocos em torno da teoria do fim do campesinato, propagada tanto por autores de esquerda quando de direita; fala sobre a crise na produção do feijão, ocorrida ao longo do governo Dilma; explica porque o modelo de policultivo é mais resistente à crises econômicas; afirma a relação petrodependente do agronegócio e termina falando para os desafios da juventude do campo.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Frei Xavier Plassat

DADOS BIOGRÁFICOS: Frade dominicano francês, que trabalha com a CPT no estado do Tocantins, então como coordenador da Campanha contra o Trabalho Escravo da CPT. Foi ganhador do Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 2008.

ENTREVISTADOR (ES): Patrícia Fachin

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU Online

TÍTULO DA MATÉRIA: “Frei Henri des Roziers. Um dominicano movido pela paixão e a exigência radical de tomar partido pela justiça e pelos oprimidos. Entrevista especial com Frei Xavier Plassat”

DATA: 01 de dezembro de 2017

LOCAL: não identificado

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igreja/Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.IG.cli. xap	07 páginas	Sim	Impresso do site da Revista IHU Online.

DESCRITORES:

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
Comitê Rio Maria (PA)
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Ditadura militar (1964-1985)
Fórum Nacional Permanente Contra a Violência no Campo
França
Igreja Católica
Marabá (PA)
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OEA – Organização dos Estados Americanos
Teologia da Libertação
Tito de Alencar Lima (Frei Tito)
Trabalho escravo
Rio Maria (PA)
Violência no campo

SUMÁRIO:

A entrevista foi concedida por ocasião da morte do Frei Henri des Roziers, de quem o entrevistado se considera um aprendiz, atuando na mesma CPT regional Araguaia – Tocantins. Inicia a entrevista falando sobre a origem e início da trajetória do Frei Henri na Ordem dos Dominicanos na França, comentando a conjuntura política da Europa na época e o posicionamento da Igreja Católica. Ao falar sobre o trabalho de base desenvolvido no interior da França, caracteriza brevemente a metodologia de luta jurídico-política utilizada pelo Frei Henri e que o mesmo trouxe para o Brasil em 1978, ano em que se mudou para o país, e a relação desta aproximação com a CPT a partir de 1971, ano em que Frei Tito de Alencar foi exilado em Paris após ter sido preso e torturado pela ditadura militar. Com formação anterior em Direito, Frei Henri valida seus diplomas no Brasil e ingressa na OAB, passando a atuar também como advogado em muitos conflitos pela terra no estado do Tocantins. Passa a falar então sobre como conheceu o Frei Henri e de quando e como suas trajetórias na Ordem Dominicana cruzaram-se mais de uma na França e no Brasil, para onde o entrevistado mudou-se em 1989. Voltando a comentar alguns aspectos da atuação de Frei Henri fala do contexto de criação do Fórum Nacional Permanente Contra a Violência no Campo, em 1991, e de como este foi central na formulação da política de combate ao trabalho escravo. Comenta também sobre outros importantes aspectos do trabalho desenvolvido pela CPT Araguaia-Tocantins, como a criação do Comitê Rio Maria e as denúncias levadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, destacando especialmente o Caso José Pereira e o Caso Brasil Verde como paradigmáticos para a atual concepção de escravidão moderna e políticas de erradicação. Fala sobre a luta contra a impunidade como uma das principais frentes de atuação de Frei Henri, citando o caso da condenação do fazendeiro Jerônimo Alves de Amorim pelo assassinato de Expedito Ribeiro de Souza, então presidente do STR, em 1991. Comenta a permanente ameaça de morte a que Frei Henri esteve submetido e a sua inspiração em Bartolomeu de las Casas. Fala sobre o legado da trajetória do Frei por onde passou, especialmente para as novas gerações, reproduzindo duas homenagens dedicadas ao Frei na data de sua morte, a primeira escrita por Gabriel, jovem advogado que conviveu muito com ele em Gurupi (Tocantins) e outra do MST de Marabá.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Georges Casalis

DADOS BIOGRÁFICOS: Nasceu em 1917 e se formou em Medicina e Teologia. Na data da entrevista era professor de teologia em Paris e membro da equipe do INODEP (Ecumenical Institute for the Development of Peoples).

ENTREVISTADOR (ES): Anselmo Borges

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Não consta

TÍTULO DA MATÉRIA: “Cristãos pelo Socialismo”

DATA: 1979 (data provável)

LOCAL: Paris, França

OBSERVAÇÕES: A entrevista está transcrita em um documento que não apresenta origem.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igreja/Agentes religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.IG cli.gec	27 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Guerra Fria
Imperialismo
Marxismo
Max Weber (intelectual)
Stalinismo
Teologia
Teologia da Libertação

SUMÁRIO:

Explica as ideias gerais do seu livro “Les Idées Justes ne tombent pas du ciel!”; comenta sobre as concepções de Max Weber a respeito das diferenças entre catolicismo e protestantismo e também sobre o puritanismo; explica sobre o início de sua militância relacionada com o combate ao totalitarismo fascista; comenta sobre suas concepções de marxismo; em seguida, tece explicações a respeito da consolidação do stalinismo; fala sobre os limites e avanços na direção de um poder plenamente popular; explica sua visão das afinidades entre o marxismo e o cristianismo; fala sobre suas concepções de organização política socialista enquanto cristão; fala sobre os tipos de imperialismo existentes no então atual contexto de guerra fria e do totalitarismo de alguns países socialistas; fala sobre a lógica do progresso tanto no bloco ocidental quanto no bloco oriental; fala sobre a superpopulação mundial e a contradição em muitos investimentos bélicos e poucos investimentos humanitários; por fim, explica seus motivos de ser cristão.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Inês Fátima Polidoro (CPT de Campos)

DADOS BIOGRÁFICOS: agente da CPT em Ccampos/RJ

ENTREVISTADOR(ES): Inês Cabanilha de Souza e Paulo Roberto Alentejano

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para pesquisa *Impactos regionais dos assentamentos rurais. Dimensões econômicas, políticas e sociais*, financiada pela Finep – Financiadora de Estudos e Projetos do Governo Federal, coordenada por Leonilde Medeiros e Sérgio Leite.

DATA: 1998 ou 1999

LOCAL: Campos dos Goytacazes, RJ

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igreja/Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en.IG k7.ines	01 fita k7/60min	Não	
MP3	MSPP/en.IG mp3.ines	00h30min	Sim	Fita reunida em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.IG res.ines	02 páginas	Sim	Resumo da entrevista

DESCRITORES:

**Anthony Garotinho (prefeito de Campos dos Goytacazes, RJ)
Assentamento Novo Horizonte (Campos dos Goytacazes, RJ)
Assentamento rural
Campos dos Goytacazes (RJ)
CPT – Comissão Pastoral da Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Ocupação de terra
Produção agrícola
Reforma agrária
Rio de Janeiro
Sindicalismo rural**

SUMÁRIO:

Fita 1, Lado A – Fala sobre processo de reestruturação da CPT e sua ida para as regiões norte e noroeste; explica que CPT não atuava nessas regiões porque priorizava as regiões com maior número de assentamentos rurais; afirma também que Igreja nessas regiões tem um perfil tradicionalista; fala sobre chegada da CPT no assentamento Novo Horizonte; opina sobre situação desse assentamento e que ele está muito atrelado à prefeitura; diz que muitos assentados ainda trabalham como assalariados; questiona o que é conquistar a terra e contrapõe à ideia de buscar sustento no corte de cana; opina que houve falta de incentivo e de apoio para o trabalho na lavoura na época do assentamento; fala sobre falta de serviço médico no assentamento e proposta feita pela CPT sobre medicina alternativa; fala sobre dificuldades iniciais na aproximação da CPT com os assentados; cita problemas enfrentados pelo assentamento; opina que o MST tem que aprender a buscar o apoio da CPT; afirma que de um lado existe muita terra, muita usina falida e muito trabalhador, mas que, por outro lado, é possível que se esteja criando favelas no campo; critica atuação do MST: diz que figura do patrão foi substituída pelas lideranças do movimento; afirma que trabalhadores não possuem autonomia e independência; comenta sobre atuação dos sindicatos rurais; comenta sobre projetos empreendidos pelo governo; opina sobre receptividade da população urbana ao assentamento;

Fita 1, Lado B – Explica dificuldades encontradas para desenvolver ações na área da saúde e da educação; fala sobre falta de incentivo da prefeitura; opina sobre influência do assentamento Novo Horizonte para aceitação de assentamentos rurais pela população local; questiona baixa produtividade e diversificação dos produtos do assentamento; comenta sobre projeto Lumiar e atuação da Emater.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Ivo Poletto

DADOS BIOGRÁFICOS: É assessor de pastorais e movimentos sociais. Trabalhou durante os dois primeiros anos do governo Lula como assessor do Programa Fome Zero e foi o primeiro secretário-executivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Autor, entre outros, do livro *Brasil, oportunidades perdidas: Meus dois anos no governo Lula*, é cientista social e educador popular.

ENTREVISTADOR (ES): Não consta

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: IHU On-line

TÍTULO DA MATÉRIA: “ ‘A política ambiental não passa de retórica para enganar incautos’.
Entrevista especial com Ivo Poletto”.

DATA: 21/09/2011

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES: Trata-se de uma versão digital impressa da entrevista.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igreja / Agentes religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.IG cli.ivop	06 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Amazônia
Atingidos por mudanças climáticas
Caatinga
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Código Florestal
Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária (Brasília, I, 2010)
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Governo Dilma Roussef (2011 – 2014)
Igreja
Ivo Poletto (assessor da CNBB)
Justiça climática
Lei de Mudanças Climáticas
Questão ambiental
Rio de Janeiro
Seminário Nacional de Atingidos por Eventos Climáticos Extremos (Brasília, I, 2011)
Soberania popular

SUMÁRIO:

[breve resumo da vida do entrevistado]

Diz que mulheres e homens de comunidades atingidas por eventos climáticos apresentaram com clareza a situação, consciência crítica e os desafios que vivem durante o Seminário Nacional de Atingidos por Eventos Climáticos Extremos; pontua principais dificuldades enfrentadas pelos atingidos por mudanças climáticas; comenta sobre regiões que podem vivenciar eventos climáticos extremos futuramente; critica ausência de uma política de prevenção de danos em detrimento de uma ação pós desastres; cita enchentes na região serrana do Rio de Janeiro em 2011; opina sobre políticas para assistência às populações atingidas; explica que políticas ambientais no Brasil não são prioritárias e que o cuidado com o ambiente geral da vida não se faz presente de forma transversal; opina sobre desvios de verbas para atingidos por mudanças climáticas; fala sobre envolvimento da sociedade em temas do meio ambiente e incorporação da justiça climática como valor cidadão; diz que políticos devem ter medo do envolvimento da população sobre esses temas; defende soberania popular para garantia da democracia frente à decisões políticas e judiciárias.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Leonardo Boff

DADOS BIOGRÁFICOS: Frei e um dos principais defensores da Teologia da Libertação

ENTREVISTADOR (ES): Mônica Ximenes Leite e Suely Pinheiro

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Senhor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “O teólogo da miséria – Frei Leonardo Boff responde ao exército e a própria hierarquia da Igreja e mantém os postulados básicos de uma Igreja crítica do poder e da sociedade”

DATA: 13/02/1985

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP.en. IG.cli.lb	03 páginas	Sim	Fotocópia do original

DESCRITORES:

Igreja
Teologia da Libertação
Estruturas de poder
Movimento popular
Marxismo
Direitos humanos
Justiça social
Ditadura militar (1964-1984)

SUMÁRIO:

A entrevista tem como tema principal a Teologia da Libertação, da qual Leonardo Boff é um dos principais expoentes no Brasil; diz que a Teologia da Libertação se propõe a discutir e conscientizar a sociedade sobre os direitos humanos, justiça social e paz; aborda questões como a atuação da Igreja nos movimentos populares, a sucessão presidencial, o autoritarismo eclesial e o marxismo.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Leonardo Boff.

DADOS BIOGRÁFICOS: Frei e um dos principais defensores da Teologia da Libertação.

ENTREVISTADOR (ES): Carlos Carvalho, da Agência Angular.

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Senhor*, número 275.

TÍTULO DA MATÉRIA: “O blefe da reforma agrária. O frei Leonardo Boff acha que o governo desistiu de fazê-la e que seu imobilismo acirra as tensões no campo.”

DATA: 24/06/1986

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. IG.cli.lb2	02 páginas	Sim	Fotocópia do original

DESCRITORES:

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPT – Comissão Pastoral da Terra

Fazenda Annoni (PR)

Governo Sarney (1985-1989)

Latifundiário

Ministério da Justiça

Nova República

Paulo Brossard (ministro)

Posseiro

Reforma agrária

Trabalhador rural sem terra

UDR – União Democrática Ruralista

Violência no campo

SUMÁRIO:

Fala sobre sua participação na Romaria dos Sem Terra em Novo Hamburgo; explica como a Igreja vê a questão da reforma agrária e faz críticas à política de reforma agrária levada pelo governo; discorre sobre as críticas feitas pelo ministro Paulo Brossard à CNBB e aos agentes eclesiais; fala sobre a visita do presidente Sarney ao papa; apresenta sua visão sobre a UDR e diz que acredita na reforma agrária.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Leonardo Boff

DADOS BIOGRÁFICOS: Teólogo e um dos principais expoentes da Teologia da Libertação.

ENTREVISTADOR (ES): Regina Zappa

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: Tempo de Cuidar

DATA: 20 de junho 1999

LOCAL:

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: IG – Igreja/Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.IG.cli. lb3	2 páginas.	Sim	

DESCRITORES:

América Latina
Crise do capitalismo
Crise ecológica
Dom Hélder Pessoa Câmara (bispo católico)
Ecologia
Movimento Feminista
Recurso natural
Recurso humano
Teologia
Trabalho infantil

SUMÁRIO:

Inicia falando sobre o que considera como a crise do ser humano na situação mundial; fala sobre o papel do cuidado, que aborda no livro então lançado pelo entrevistado: “Saber Cuidar, ético do humano, compaixão pela terra”; fala porque defende a necessidade de um novo pacto ético mundial; define o cuidado e fala das duas atitudes básicas que caracterizam os seres humanos, o modo cuidado e o modo trabalho; fala de trabalho infantil na América Latina; fala dos efeitos do que considera desequilíbrio entre estes dois modos de ser, dos impactos sobre a natureza; fala sobre a centralidade do feminismo para pensar o cuidado e da necessidade de equilíbrio entre cuidado e trabalho; fala sobre o processo de aprendizado permanente que caracteriza todas as formas de vida; fala sobre valores essenciais de cooperação e solidariedade em oposição ao predomínio dos valores individualistas e excludentes característico do capitalismo; fala da transmissão de valores éticos através de pessoas exemplares, citando o profeta Gentileza, Dom Hélder Câmara, Madre Tereza de Calcutá; São Francisco de Assis.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Maria de Jesus da Silva

DADOS BIOGRÁFICOS: Missionária da Igreja Católica; Secretária Executiva do CAT – Centro Agroambiental de Tocantins.

ENTREVISTADOR(ES): Luciano Leal Almeida.

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para a pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado de Luciano Leal Almeida, intitulada Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), defendida em 2011 no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

DATA: 10/09/2010

LOCAL: Marabá, Pará

ROTEIRO: () SIM () NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	MSPP/en. IG.mp3.maje	32min	Sim	
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. IG.trans.maje	06 páginas	Sim	Transcrição não literal feita pelo entrevistador.

DESCRITORES:

Agricultor
Articulação sindical
Autonomia sindical
CAT – Centro Agroambiental de Tocantins
COOCAT – Cooperativa de Produtores (PA)
EFA - Escola Família Agrícola
Jean Hébette (padre)
LASAT – Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Sindicalismo rural
Trabalhador rural

SUMÁRIO:

Inicia com sua origem, chegada em Jacundá (1981) e entrada em equipe missionária; Conta que formaram uma chapa para os sindicatos dos trabalhadores rurais e que assumiu a secretaria do sindicato em uma Assembléia do Povo de Deus, passando à presidência, posteriormente; Diz que trabalho foi feito em torno da luta da terra e dos expropriados da barragem de Tucuruí; Fala sobre contato feito por Jean Hébette e Emmanuel Wambergue para criação de um centro de referência ambiental; Diz que ambos queriam que os sindicatos fossem atores desse projeto; Conta que a proposta foi levada aos presidentes dos sindicatos para que fosse aprimorada e aprovada; Comenta ampliação do programa a partir da emancipação de outros municípios; Cita criação da COOCAT, do Lasat, EFA, dentro da estrutura do CAT; Explica que Fata era a entidade jurídica do CAT; Fala sobre criação do Lasat por necessidade de uma equipe de técnicos que orientassem os trabalhadores rurais na produção de culturas; Busca por um avanço na agricultura familiar; Opina sobre importância das experiências feitas no CAT, cita período de forte organização da cooperativa; Comenta mudanças na diretoria do sindicato e declínio do programa; Diz que atuou diretamente até 1997-1998; Diz que desde o início entendiam a importância do programa: apoio da universidade, olhar externo para os trabalhadores rurais; Diz que já conhecia Jean Hébette através da Igreja Católica; Explica que Jean Hébette já era atuante e que já possuía credibilidade na região; Opina sobre relação entre sindicalistas e pesquisadores: percepção de que gerava certa angústia aos trabalhadores; Fala sobre novidade do programa e questionamento de sua validade; Diz que sindicalistas e agricultores não tinham muita compreensão dos objetivos dos pesquisadores, mas que percebiam sua importância e colaboravam; Fala que conflitos só surgiram depois da instalação do programa; Diz que não percebeu manipulação pelo discurso dos pesquisadores aos agricultores; Comenta debates entre pesquisadores e sindicalistas; Fala sobre aprovação internacional e nacional do programa; Lamenta fim do CAT e questiona seu fim; Afirma que CAT contribuiu para a conscientização e formação política do sindicalismo; Acrescenta falta de apoio na época aos sindicatos e que CAT apareceu dando suporte, financeiro e de formação, aos sindicatos; Comenta ajuda financeira do CAT aos sindicatos; Diz que o que existe ainda de positivo da ação do CAT é a Cooperativa, mas que não sabe ao que levou o projeto; Diz que programa serviu como experiência e amadurecimento, mas que poderia ter sido melhor se não tivesse fracassado; Opina sobre fracasso do CAT: interesses pessoais, retirada de Jean Hébette da linha de frente, afastamento dos pioneiros do projeto; Afirma que término se deu por

irresponsabilidade administrativa e disputas pessoais; Não acredita que término tenha relação com a disputa política de tendências do PT; Diz que experiências do CAT ajudaram pouco no crescimento da agricultura familiar pela falta de sequência e intensidade do trabalho; Opina que desestabilização do CAT tirou a força dos sindicatos e que experiências do programa morreram; Acredita que poderia ter havido algo que possibilitasse o resgate do CAT; Diz que grupo que assumiu os sindicatos de forma irresponsável também passou a comandar o CAT; Observa que sindicato já foi mais forte; Diz que as pessoas eram mais lutadoras, explica porque vê o sindicato como um balcão de aposentadoria atualmente; Diz que essa situação do sindicato é nacional; Diz que não se recorda de uma discussão sobre atuação política no CAT; Conta que foi secretaria executiva do CAT em 1995; Diz que município pediu para que se candidatasse vereadora e que permanece no parlamento desde então; Fala que sindicatos da região são ligados ao grupo político Articulação Socialista e que foi afastada do sindicato.



DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Padre Antônio Melo
DADOS BIOGRÁFICOS:

ENTREVISTADOR (ES): Aspásia Camargo e Dulce Pandolfi
VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CEDOC – História oral. Fundação Getúlio Vargas, 1986.
TÍTULO DA MATÉRIA: Padre Antônio Melo (depoimento)
DATA: abril de 1978
LOCAL: Cabo/PE
OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Igrejas/Agentes Religiosos
MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.IG.tr ans.pam	91 páginas	Sim	Cópia de página datilografada.

DESCRITORES:

Agroindústria canaveira
Cana-de-açúcar
Cid Sampaio(político)
Concílio Vaticano II
Cruzada de São Sebastião
Ditadura militar (1964-1985)
Dom Hélder Pessoa Câmara (bispo católico)
Engenho do Tiriri
Francisco Julião (advogado das Ligas Camponesas/político)
Golpe Militar (1964)
Governo João Goulart (1961-1964)
Governo Miguel Arraes (PE, 1963-1964)
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática (1959-1963)
Ligas Camponesas
Pernambuco
Sindicalismo rural
SORP -Serviço de Organização Rural de Pernambuco
Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO:

O entrevistado fala de sua família, da origem de seus pais e de quando nasceu, em Aracaju; fala de sua infância no sertão de Sergipe, em Itabaianinha, e mudança para a cidade vizinha, Tobias Barreto, para estudar; conta do ambiente religioso familiar e o que o levou a ingressar no seminário, onde estudou dos 14 aos 17 anos, quando começou a ter mais clareza da sua vocação religiosa; fala da influência dos bispos que haviam acabado de regressar do seminário Pio-Brasileiro de Roma, e que estudaram da Universidade Gregoriana de filosofia e teologia, e que representavam uma renovação dentro da Igreja, culminando na realização do Concílio Vaticano II; conta que foi da primeira geração de padres formada em meio à esta renovação da estrutura a Igreja, comentando a importância da figura de João XXIII, o papa camponês, neste processo; fala sobre a influência que esta renovação exerceu em especial sobre os bispos do Nordeste; fala sobre quando conheceu Dom Hélder Câmara, quando esteve no Rio de Janeiro para terminar o curso de teologia, após ter ido a Olinda estudar filosofia; comenta sobre a contribuição de Dom Hélder nesta reforma da Igreja, em especial a partir da criação da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; conta que possui grande paixão por religião e por política; voltando a falar sobre sua formação, comenta de quando envolveu-se com política dentro do seminário que estudava em Olinda, tendo sido convidado a se retirar, por indisciplina, junto com outros sete seminaristas que também defendiam ideias mais progressistas; conta que após este episódio buscou apoio de um bispo a quem admirava, Dom Carlos Coelho, que o apoiou e o levou a terminar a formação para padre no Rio de Janeiro; fala das circunstâncias que o fizeram retornar à Pernambuco, junto com o bispo Dom Carlos Coelho, e quando ordenou-se padre em 1961, vindo a tornar-se pároco de Cabo algum tempo depois; conta que na época em Cabo haviam cinco ligas camponesas; comenta um episódio em que discordou publicamente da posição de Francisco Julião em relação à organização dos camponeses e aprofunda no teor desta discordância; fala das limitações políticas que

compreende na atuação como padre; opina sobre como enxerga os limites da compreensão ideológica pelos camponeses; conta que chegando em Cabo ajudou a organizar o sindicato local, de maneira paralela à organização das ligas; cita algumas das lideranças camponesas da região; fala sobre os engenhos onde as ligas camponesas estavam situadas; conta sobre os conflitos entre camponeses e grileiros em Tiriri, nas terras pertencentes à antiga Rede Ferroviária do Nordeste; conta sobre o desdobramento desse conflito na criação da liga camponesa local e de sua chegada em Cabo nesse contexto; conta sobre a fundação da Cooperativa Agrícola de Tiriri e como é a cooperativa hoje, do apoio técnico e financiamento da Sudene e da sua função pessoal de Assessor Técnico da cooperativa; comenta os efeitos da criação da cooperativa sobre as lutas encapadas pelos camponeses cooperativados, dentre estes efeitos fala especificamente da inflação do salário na região, incomodando os senhores de engenho e usineiros locais; fazendo avaliação destes efeitos, conta da opção da cooperativa de não “modernizar” a produção; fala sobre a criação da Companhia de Borracha Sintética durante o governo de Sid Sampaio; comenta sobre o contexto que permitiu o crescimento simultâneo da indústria e da agricultura no Cabo; expõe sua opinião sobre a propriedade da terra, colocando que sempre defendeu a transmissão da posse aos camponeses, e não da propriedade; comenta os efeitos do sindicato na política local; fala do apoio à candidatura de Miguel Arraes e explica por que motivos rompeu com ele em seguida às eleições; comenta a reação de alguns setores quando do seu rompimento com Arraes e, em seguida, de quando foi procurado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática, organização conservadora que antes da eleição de Arraes instalara-se no cabo para fazer campanha para o candidato dos usineiros; fala sobre como se deu essa relação com o IBAD e as críticas que sofrera por conta disso, relata um episódio que considera como represália de Arraes por conta desta ligação do padre com o IBAD; fala da sua boa relação com João Goulart, da visita deste à Cooperativa de Tiriri; comenta como as autoridades da Igreja reagem ao seu trabalho e suas posições políticas; fala da relação com o Serviço de Organização Rural de Pernambuco- SORP especialmente e a intervenção nos sindicatos rurais após o golpe militar de 1964; faz uma avaliação do encaminhamento de algumas reformas previstas em 1963 pelo regime militar, sobre as rupturas e as continuidades das relações de força antes e após o golpe; fala sobre anistia; comenta sobre o Serviço de Ação Comunitária, sobre o êxodo rural e termina a entrevista contando com detalhes a experiências das Rurópolis.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Padre Paulo Joanil da Silva

DADOS BIOGRÁFICOS: Padre Oblato de Maria Imaculada; Membro da CPT – Comissão Pastoral da Terra.

ENTREVISTADOR(ES): Luciano Leal Almeida.

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para a pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado de Luciano Leal Almeida, intitulada *Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)*, defendida em 2011 no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

DATA:

LOCAL: Pará

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igreja / Agentes religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	MSPP/en.IG. mp3.pajo	36min	Sim	Áudio já disponível em formato digital
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.IG. trans.pajo	08 páginas	Sim	Digitadas

DESCRITORES:

Agricultor
Autonomia sindical
CAT – Centro Agroambiental de Tocantins
CPT - Comissão Pastoral da Terra
EFA – Escola Família Agrícola
Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Fata – Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia
Jean Hébette (presidente Fata)
Jean Hébette (professor UFPA)
MEB – Movimento de Educação de Base
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NEAF – Programa de Agricultura Familiar
Sindicalismo rural
Teologia da Libertação
Trabalhador rural
UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO:

Diz que é padre missionário Oblato de Maria Imaculada e conta que chegou a Marabá em 1979; Conta ter trabalho até 1992 com posseiros da região; Explica trabalho realizado: vínculo à CPT, à Diocese de Marabá, apoio à luta dos trabalhadores rurais pela terra; Diz que havia uma análise sobre a importância de criação de sindicatos na região; Conta que primeiro sindicato criado em Marabá foi no início dos anos de 1980, em Morada Nova; Cita atuação de padre Humberto; Conta que residia mais em Jacundá, onde também iniciaram uma delegacia sindical; Comenta que viam a necessidade da organização dos trabalhadores, contextualiza período e proibição militar ao sindicalismo; Explica que na época o sindicalismo era obrigado a se submeter ao Ministério do Trabalho, ao comando do senador Jarbas Passarinho; Comenta aparecimento dos sindicatos nos municípios, lutas pela terra e violência; Afirma que, nesse período, a única entidade de apoio às lutas dos trabalhadores era a CPT; Fala sobre relacionamento entre pesquisadores, equipe de Jean Hébette e a CPT; Fala sobre Jean Hébette: formação, atuação, ligação com a UFPA; Conta que os demais pesquisadores chegaram através de Jean Hébette a partir de meados dos anos de 1980; Diz que idéia do CAT como união das forças mais atuantes na região veio de Jean Hébette, quem convidou a CPT para fazer parte das discussões; Fala sobre olhar da CPT sobre o a criação do CAT; Explica olhar positivo da CPT sobre o CAT e percepção a cerca da proposta do projeto; Diz que havia a percepção de ser um projeto que acontecia de cima para baixo; Presença de estudantes e pesquisadores que estavam nas comunidades da região para fazer suas pesquisas em prol do CAT e se retiravam logo em seguida; Diz que havia um questionamento por parte dos trabalhadores rurais de quem eram esses pesquisadores e a finalidade da pesquisa; Opina que projeto de comercialização de arroz do CATapesar de ser positivo, não correspondia às necessidades locais do povo; Cita problemas que os trabalhadores rurais encontravam em relação à comercialização do arroz; Diz que conversava com Emmanuel Wambergue sobre situação dos trabalhadores rurais; Comenta sobre funcionamento dos trabalhadores rurais em relação ao dinheiro; Afirma que crítica da CPT ao

CAT estava no método de trabalho e não na intenção; Diz que não se posicionaram como mediadores de diálogo entre CAT e trabalhadores rurais; Coloca outra crítica em relação ao CAT: esvaziamento da luta pela terra; Explica atuação da CPT em relação à luta do trabalhador rural em contraposição à atuação do CAT; Diz que trabalho da CPT continuou apoiando normalmente os trabalhadores rurais, que não chegou a ser membro do CAT; Diz que saiu de Marabá em 1992 e que deixou de ter informações sobre o andamento do CAT; Conta que só recentemente, quando retornou ao Pará, que soube que o CAT havia terminado; Diz que não tem como fazer uma avaliação da experiência do CAT e que pretende retornar as visitas na região como CPT regional; Cita demandas que apareceram na região; Diz que escutou dos sindicalistas que o trabalho da CPT se tornou mais burocrático; Diz que violência na região diminuiu numericamente, mas que os massacres e a impunidade continuam; Opina que a perversidade do poder público e do latifundiário não mudaram; Explica porque acredita que o CAT não poderia ter tido uma atuação diferente; Diz que contexto político do Brasil confundia os trabalhadores rurais quanto ao CAT por seu vínculo com uma instituição federal, a UFPA; Diz não saber se pessoal do CAT estava preparado para responder aos trabalhadores rurais os objetivos das pesquisas realizadas; Comenta desconfiança dos trabalhadores rurais sobre possível envolvimento da polícia nessas pesquisas; Diz que sua opinião está mais vinculada ao município de Jacundá; Comenta dificuldade de linguagem entre trabalhadores rurais e acadêmicos; Avalia figura de Jean Hébette e sua atuação; Diz que ele não era conhecido popularmente como um padre, mas como professor; Diz que possuía carisma e capacidade de comunicação.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Padre Victor Asselin

DADOS BIOGRÁFICOS: Padre e advogado, nasceu no Canadá e vive no Maranhão há mais de quatro décadas. Em 1975 ajudou a fundar a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no país, tendo presidido a CPT regional maranhense. É autor do livro “Grilagem, Corrupção e Violências em Terras do Carajás”, de 1982.

ENTREVISTADOR (ES): não identificado

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal Vias de Fato

TÍTULO DA MATÉRIA: Entrevista com Padre Victor Asselin

DATA: 15/09/2010

LOCAL: São Luís/MA

OBSERVAÇÕES: Impresso de email pelo qual se recebeu a íntegra da entrevista.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igreja/ Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.IG. cli.pva	5 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Agronegócio
Amazônia Legal
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
Dom Hélder Pessoa Câmara (bispo católico)
Estatuto da terra
Governo Sarney (MA, 1966-1970)
Grilagem
Igreja Católica
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Iterma – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
Lei de Terras (1850)
Leonardo Boff (teólogo)
Maranhão
Poder Judiciário
Teologia da Libertação
Violência no campo

SUMÁRIO:

Fala sobre sua chegada no Maranhão, em 1966, e explica a relação da sua vinda com a posição da Igreja Católica naquele momento; fala de suas primeiras atribuições enquanto pároco da diocese de Pinheiro até se tornar coordenador da pastoral local; fala sobre o contato com as novas orientações da igreja brasileira, da realização de curso de teologia latino americana no Equador, em 1973, e, ao retornar, o início de seu trabalho junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) na Arquidiocese de São Luis; caracteriza brevemente o contexto que vivenciou logo que chegou ao país, durante a ditadura militar; volta a falar sobre seu trabalho nas CEB's, sobre as reuniões muitas vezes clandestinas entre bispos progressistas, liderados por Dom Hélder Câmara; comenta com detalhes como foram sendo pensadas estas reuniões, a maneira como a questão da terra foi ganhando centralidade, em especial a preocupação com a Amazônia Legal, e, finalmente, a decisão de criar a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em junho de 1975, da qual o entrevistado então se tornou o primeiro vice-presidente; sobre o livro "Grilagens e Violência em Terra do Carajás" comenta que o escreveu no fim de seu mandato na CPT do Maranhão, com objetivo de contribuir para compreender a violência como fruto de ação planejada, afastando tratar os casos isoladamente; fala também da importância de seu livro enquanto memória dos conflitos agrários ocorridos no Maranhão e comenta a convivência do poder judiciário com o processo de grilagem de terras no estado; fala das ameaças e do processo judicial movido contra ele por Agostinho Noletto por conta das denúncias veiculadas em seu livro; fala sobre quem foi Agostinho Noletto, procurador do órgão de terras criado pelo governador Sarney; comenta sobre os números de conflitos por terra no estado do Maranhão; opina sobre a conjuntura atual da luta pela terra, citando algumas conquistas e o declínio da atuação da Igreja; atenta para o fato de que seus estudos não incluem os conflitos em território indígena e que, ao incluí-los, o quadro de violência se torna ainda mais grave; fala sobre a persistência da violência no campo e comenta as diversas formas com que ela ocorre; fala sobre a relação do INCRA e do ITERMA com o projeto de desenvolvimento do governo, que prioriza o agronegócio; volta a comentar sobre o histórico processo de grilagens de terras no Maranhão; apresenta alguns indícios do agravamento da situação no campo, alertando para a

existência de trabalho escravo; comenta a atuação do Judiciário local a serviço dos latifundiários e da recorrente presença da Polícia Militar no cumprimento das decisões liminares configurando o que chama de militarização da justiça; fala das consequências destas decisões liminares e da relação destas com as fraudes cartoriais que legitimam a grilagem; opina sobre o dever dos juízes nas ações possessórias e quais as condições para que o movimento de luta pela terra dialogue com o Judiciário; faz um paralelo entre a Lei de Terras de 1850 e o agronegócio e destaca a importância do Estatuto da Terra.



DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Paulo Crespo

DADOS BIOGRÁFICOS: Ex-padre, secretário executivo da CNBB/NE II.

ENTREVISTADOR (ES): Claudio Castanha

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Commercio

TÍTULO DA MATÉRIA: “A luta da Igreja pela reforma agrária”

DATA: 23/04/1989

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. IG.cli.ppc	02 páginas	Sim	Fotocópia do jornal

DESCRITORES:

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

Ditadura militar (1964-1985)

Estatuto da Terra

Fetape – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Governo Vargas (1930-1945)

Igreja Católica

Latifundiário

Política agrária

Reforma agrária

SAR – Serviço de Assistência Rural

Sindicalismo rural

SORPE – Serviço de Orientação rural de Pernambuco

Trabalhador rural

SUMÁRIO:

Situa historicamente o momento a partir do qual a Igreja Católica passou a atuar em defesa da reforma agrária no Brasil; destaca o papel da Igreja no apoio à organização dos trabalhadores rurais nos anos 1950 e 1960, sobretudo em relação à formação de sindicatos, federações e confederação; comenta a atuação paralela dos comunistas e da Igreja juntos aos trabalhadores rurais; aponta os impactos do golpe de 1964 nas lutas sociais dos trabalhadores rurais, destacando o papel da Igreja nesse processo; explica que fez uma opção por estabelecer um diálogo com o governo militar com o intuito de manter o movimento ativo; por causa disso, considera que foi alvo de uma dupla pressão: enquanto os militares o acusava de ser agitador, a esquerda o via como um entreguista; comenta sobre como os sindicatos reagiram diante da luta armada, assim como a posição da Igreja diante dessa estratégia de ação; fala sobre a participação da Igreja na elaboração do Estatuto da Terra e faz uma avaliação do conteúdo da lei que foi criada.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Paulo Crespo

DADOS BIOGRÁFICOS: Nascido em Bom Conselho, município de Pernambuco; começou a vida religiosa como vigário de Jaboatão (PE);

ENTREVISTADOR(ES): Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo (doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Paris e professora associada do CPDOC/FGV) e Dulce Chaves Pandolfi (doutora em História pela UFF; professora associada do CPDOC/FGV)

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e Desempenho das Elites Políticas Brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação, em 1975. A escolha do entrevistado se justificou porque, na década de 1960, já era vigário da cidade de Jaboatão (PE) e colaborava com a Organização Sindical de Pernambuco (retirado de: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-biografica/paulo-crespo>).

DATA: 14-15/abril/1978

LOCAL: Recife, PE

ROTEIRO: (x) SIM () NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igreja/Agentes religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	Não há			
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.IG trans.ppc2	47 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Alípio de Freitas (padre)
André Franco Montoro (Ministro do Trabalho e Previdência Social do Brasil)
Antônio Melo (padre)
Cooperativismo rural
Governo Miguel Arraes (PE, 1963-1964)
Iadesil – Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
Igreja Católica
João Goulart (Presidente do Brasil)
Ligas Camponesas
Pernambuco
Sindicalismo rural
Sorpe – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
Supra – Superintendência de Política Agrária
Trabalhador rural
Zona canavieira

SUMÁRIO:

Fita 1 lado A (14/04/1978) – Explica como chegou a Pernambuco, sua origem rural; afirma que a atuação como vigário permitiu conhecer a situação de vida dos trabalhadores; fala sobre a primeira paróquia em que trabalhou em Jaboatão (PE) e como teve contato com a fome e a miséria; fala sobre período em que esteve na França, seu contato com o sacerdote Abbé Pierre (Henri Antoine Groués); comenta sobre trabalho de dom Eugênio Sales (arcebispo do Rio Grande do Norte) através do Serviço de Assistência Rural; conta sobre reunião que teve com dom Eugênio Sales, monsenhor Expedito e Julieta Calazans sobre a situação dos agricultores e as conclusões a que chegaram: necessidade de organizar sindicatos de trabalhadores rurais; comenta problemas políticos que percebiam: força do latifúndio e dos pecuaristas; opina sobre a participação dos agricultores na luta política; comenta formação do Sorpe (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco); cita nomes da equipe do Sorpe; fala sobre primeira experiência de formação de lideranças camponesas; fala sobre formação dos primeiros sindicatos rurais de Pernambuco; comenta o medo de alguns padres sobre a Liga Camponesa; explica porque optaram em constituir sindicatos ao invés de Ligas Camponesas; conta que conhecia Julião; afirma que Julião nunca foi um radical, mas sim um sujeito legalista por querer a reforma agrária através de leis; opina sobre o papel da Igreja em relação a terra; cita plano de emergência para organização de sindicatos de trabalhadores rurais feito pela CNBB; comenta respaldo da CLT para algumas das reivindicações dos sindicatos rurais; fala sobre I Congresso de Trabalhadores Rurais (Itabuna, BA): quantidade de sindicatos envolvidos; [interrupção da fita] Conta sobre conselho dado pelo padre Antônio Melo ao ministro do Trabalho, Franco Montoro; fala sobre reconhecimento de 23 sindicatos rurais pelo então ministro do Trabalho; comenta sobre sindicatos reconhecidos dos estados de Pernambuco; fala sobre criação da federação de Pernambuco e outras posteriores; comenta tentativa de organização de uma confederação.

Fita 1 lado B – Fala sobre Departamento de Sindicalismo da Supra e esfacelamento do movimento sindical rural; conta sobre interesse a aproximação do Partido Comunista Brasileiro pelo sindicalismo rural; [interrupção da fita] Fala sobre o Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (ladesil); comenta construção dos Centros de Trabalhadores Rurais em Carpina, Ribeirão e Garanhuns; conta sobre convênio com a Liga das Cooperativas Americanas para criação de cooperativas; fala sobre doações recebidas para manutenção dos sindicatos; diz que não importava de onde viesse o dinheiro, pois serviu para eles organizarem um movimento sindical de trabalhadores rurais em todo o nordeste que não pode mais ser desfeito; explica que no momento em que os trabalhadores puderam arcar com os próprios custos, eles se retiraram; diz que Sorpe nasceu para morrer: nasceram para fazer crescer outra organização; diz que uma de suas lutas foi ser contra certos grupos de esquerda que se aproximavam para manipular as organizações; explica porque houve uma queda no número de sindicatos a partir de 1964; fala sobre áreas de influência em Pernambuco; fala sobre sindicato de Palmares e influência do Partido Comunista nele; comenta suas motivações para o trabalho com o sindicalismo.

Fita 2 lado A (15/04/1978) – Diferencia em três classificações os agricultores do estado de Pernambuco; contrapõe a categoria aos grandes proprietários; comenta reivindicações dos trabalhadores rurais; fala sobre consequências positivas do aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores rurais; fala sobre greve geral durante o governo de Arraes; conta como os trabalhadores lidaram com uma das usinas que não parou de funcionar durante a greve; fala sobre força da Federação durante a greve e desfecho desta; explica estudos feitos pela Federação que fizeram com que o governo aprovasse um salário acima do salário mínimo; comenta vitória sobre acordo coletivo de trabalho; 1964: fim do salário profissional; preferência dos trabalhadores em se tornarem boias-frias do que moradores nas terras de usina e engenho; comenta situação dos trabalhadores autônomos e o regime de *meia*; explica o que era o *cambão* e que a luta era para abolir sistematicamente o trabalho gratuito; explica situação dos pequenos proprietários e a ameaça dos grandes proprietários; fala sobre o caso de Jaboatão: as relações da Liga dos Camponeses com o sindicato; cita momento de eleições sindicais em Jaboatão, invasão do sindicato pelas Ligas Camponeses e intervenção do delegado do trabalho na situação; explica apoio do governo contra o sindicato da Igreja e a favor das Ligas; explica sobre sua posição diante da situação dos trabalhadores; afirma que os trabalhadores rurais estavam mais à margem da sociedade do que os índios; comenta eleição de Miguel Arraes; fala sobre apoio de Francisco Julião à Cid Sampaio e cisão posterior entre os dois; fala sobre nomeação do diretor do lapi por Jango e a manipulação das Ligas usando os camponeses.

Fita 2 lado B – Comenta métodos de atuação das Ligas Camponesas e mudança de posicionamento de Francisco Julião sobre a importância dos sindicatos; fala sobre relacionamento que possuíam com o governador Miguel Arraes; exemplifica, 1963: pedido de Miguel Arraes para que sindicatos não fizessem greve; relembra momento em que as Ligas tomaram o sindicato depois das eleições sindicais; passeata de protesto dos camponeses pela invasão ao sindicato; fala sobre conflitos entre os sindicatos da Igreja e as Ligas Camponeses; comenta posicionamento de Julião sobre os sindicatos e perda do controle de alguns grupos das Ligas; acredita que Julião apoiaria os sindicatos da Igreja em detrimento dos sindicatos do Partido Comunista; distingue objetivos do sindicato da Igreja para os do Partido Comunista; fala sobre Davi Capistrano.

Fita 3 lado A – Fala sobre a fusão entre as Ligas e os sindicatos em Pesqueira (PE) e Quipapá (PE); encontros realizados pelo Sorpe para avaliar os trabalhos; fala sobre substituição gradual

da equipe do Sorpe por trabalhadores rurais; comenta quem teriam sido os líderes cristãos em Pernambuco; fala sobre surgimento da Liga de Galileia; comenta como a imagem mítica de Francisco Julião surgiu; cita padre Alípio como organizador das Ligas Camponesas; opina sobre posicionamento político de padre Alípio; fala sobre o MEB e o Movimento de Ação Popular; diferencia os dois movimentos; comenta ligação da Ação Popular com o Partido Comunista; cita o Movimento de Cultura Popular; fala sobre seu relacionamento com o padre Melo; explica papel do padre Melo de comunicar a luta camponesa à população em geral; cita momento em que padre Melo teve visibilidade nacional; fala sobre posicionamento anticomunista de padre Melo.

Fita 3 lado B – Comenta sobre período de intervenções nos sindicatos durante a Ditadura Militar; opina sobre as intervenções realizadas; fala sobre convivência das duas linhas de atuação: a sua e a de padre Melo; comenta sobre distanciamento gradual do Sorpe no serviço de orientação dos sindicatos; explica que o Sorpe passou a atuar no trabalho de evangelização; opina sobre a relação entre sindicato e cooperativa; fala sobre o trabalho de organização de cooperativas; explica o que é crédito mútuo; fala sobre criação de cooperativas mistas de trabalhadores rurais; fala sobre organização de uma federação de cooperativas pós 64; comenta o desenvolvimento de algumas cooperativas criadas; cita situação da cooperativa de Tiriri; fala sobre relação das cooperativas com a Fetape e sobre ajuda financeira externa; afirma ser a favor do desenvolvimento harmônico da sociedade e contra o latifúndio improdutivo; defende que só se progride com a terra produzindo; afirma que a pequena e média propriedades são mais rentáveis; conta que foi indiciado no Inquérito Policial Militar de Subversão na Zona Canavieira; afirma que sempre teve o apoio da hierarquia da Igreja; explica que alguns colegas de batina não entendiam o trabalho que faziam; fala sobre sua formação religiosa: filho de um agricultor e pequeno comerciante, mãe professora primária, teve grande influência de seu padrinho, um vigário.

Fita 4 lado A – Conta que não cumpriu a determinação do padrinho após sua morte de entregar seu corpo aos índios de Águas Belas caso esses o pedissem; fala sobre diferenças entre a vida no Agreste e na Zona da Mata; afirma que a conversão dos ricos é a partir da luta dos pobres; conta sobre programa de rádio que trabalhou, “A Voz dos que Sofrem”, e repercussão do seu trabalho; conta que esteve em Recife, que teve contato com a Juventude Operária Católica; fala sobre seu percurso nos estudos; fala sobre escolha em terminar os estudos em Paris e não em Roma; fala sobre afastamento do ministério presbiterial, abandono da batina e seu casamento; opina sobre a Igreja Católica; fala sobre perda dos direitos religiosos de um padre; comenta sobre seu trabalho atual vinculado à Igreja; fala sobre proximidade com dom Hélder Câmara.

Final do depoimento.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Ricardo Rezende, Domingos Furlan e Raimunda Gomes da Silva.

DADOS BIOGRÁFICOS: Ricardo Rezende é padre, então coordenador do Regional Araguaia Tocantins da CPT. Domingos Furlan também é padre e agente pastoral da CPT no Bico do Papagaio. Raimunda Gomes da Silva é mãe do padre Jósimo Tavares, coordenador da diocese de Tocantinópolis, município do Bico do Papagaio, assassinado no dia 10 de maio de 1986 por pistoleiros a mando dos latifundiários da região.

ENTREVISTADOR (ES): Neide Esterci, Ivone Maggie, Rosilene Alvim, Rosângela Oliveira e Jether P. Ramalho.

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Tempo e Presença

TÍTULO DA MATÉRIA: A violência contra os trabalhadores do campo e o significado político-pastoral de uma morte anunciada.

DATA: junho de 1986

LOCAL: Rio de Janeiro

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igreja/Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.IG. cli.rdr	4 páginas	Sim	Fotocópia do original.

DESCRITORES:

CPT – Comissão Pastoral da Terra
Grilagem
Latifundiário
Padre Jósimo
Pará
Pistolagem
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária (I,1985)
Região do Bico do Papagaio (PA,MA,TO)
Tocantins
UDR – União Democrática Ruralista

Violência no campo

SUMÁRIO:

Pe. Ricardo inicia a entrevista comentando sobre o aumento do número de assassinatos no campo, considera a seletividade das vítimas, uma vez que se trata de assassinar lideranças ou pessoas mobilizadoras da organização dos trabalhadores; comenta as estratégias utilizadas pelos grupos pistoleiros para escolher as vítimas, e caracteriza a ostensividade com que os crimes são cometidos e que está relacionada à impunidade deste tipo de crime; comenta sobre as práticas de tortura e violência contra os camponeses; atenta para outra característica da violência no campo, o caráter organizado desta; associa a violência à grande concentração de terra, comentando sobre as práticas de grilagens, especulação de terras e as atividades de mineração e extração do pau brasil; ainda o pe. Ricardo, comenta o aspecto organizado da violência, iniciado principalmente a partir do anúncio do I Plano Nacional de Reforma Agrária, contexto em que os latifundiários começam a se organizar de forma mais direta, fala da contratação coletiva de pistoleiros e cita a criação da UDR e a APRUSP (Associação dos Produtores Rurais do Sul do Pará); fala da relação dos latifundiários com o Executivo local e com as polícias locais; pe. Domingos fala sobre não deixar a luta esmorecer pelo medo e pelo resguardo após os assassinatos cometidos; cita brevemente algumas estratégias de segurança e comenta o espanto causado pela maneira como pe. Jósimo foi morto; dona Raimunda fala sobre a união dos lavradores como estratégia de segurança, citando o fato de morarem aos grupos e conta episódio em que impediram a queima de algumas casas por conta disso; ainda neste assunto, termina falando do papel das mulheres e das crianças na segurança dos locais onde residem.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Vera Lucia Marques Tavares

DADOS BIOGRÁFICOS: Assessora da CPT do Rio de Janeiro.

ENTREVISTADOR (ES): Victor de Araújo Novicki

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: A entrevista foi feita para colher dados para a dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, de autoria de Victor de Araújo Novicki. Título: *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983 - 1987)*, Ano de Obtenção: 1993

DATA: 12/11/1990

LOCAL: Rio de Janeiro, RJ

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. IG.k7.vlt	3 fitas K7/60min	Não	Fitas em bom estado físico
MP3	MSPP/en. IG.mp3.vlt	02h04min	Sim	Fitas reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. IG.trans.vlt	39 páginas	Sim	Manuscrita a lápis, com fotocópia do original

DESCRITORES:

Conflito por terra

CPT – Comissão Pastoral da Terra

**Fetag/RJ - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro Governo
Brizola (1983-1987)**

Governo Moreira Franco (1987-1991)

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Política de assentamento rural

Rio de Janeiro

Trabalhadores rurais

SUMÁRIO:

Fala do seu passado na luta pela terra antes de entrar para a CPT do RJ, quando era advogada de posseiros e trabalhadores rurais no Pará; explica a diferença entre os agentes de pastorais e os agentes regionais da CPT; aborda as atividades desenvolvidas pela CPT no RJ; expõe o apoio da CPT na criação e fortalecimento do MST; acredita que no governo Chagas Freitas o confronto agrário se dava no judiciário e no governo Brizola o confronto se dava nas ocupações; discorre sobre o perfil das lideranças pré e pós 1964 e a relação delas com o Estado; comenta brevemente a importância do 1º Congresso dos Sem Terra para o RJ; aponta alguns dos problemas no processo de organização dos assentamentos e produção; expõe como a polícia agia no governo Brizola; aprofunda as ações do judiciário e do governo em defesa da propriedade privada; fala da assessoria da CPT ao MST e do “afastamento” dos dois movimentos; comenta a comissão dos assentados no RJ; em relação ao governo Moreira Franco, opina que ele não conseguiu efetivar uma política de assentamentos e aborda as continuidades do governo Brizola; expõe que a relação entre a CPT e a Fetag no governo Brizola foi cordial; acredita que havia uma competição entre o governo Brizola e o governo federal em relação a reforma agrária; coloca a disputa política entre lideranças, assessores e técnicos pela representação dos trabalhadores rurais; fala da dupla-militância dos técnicos enquanto governo e movimento; a partir da saída de Miguel Presburguer do MST e CPT para se tornar assessor do governo e a cooptação; comenta a falta de apoio da Fetag ao MST e o privilégio dado pelo governo Brizola em relação aos mutirões, associações e o sindicalismo; revela a divisão partidária dentro do movimento, a participação do poder legislativo e do judiciário na questão da terra; explica o que é desapropriação; coloca que o MST é autônomo ao movimento sindical e não uma comissão dentro dos sindicatos; esclarece o significado da palavra pelego para os trabalhadores; conta como se dava a relação da CPT com o governo do Brizola, de desconfiança recíproca; explica porque o MST prefere reivindicar a desapropriação do que a discriminação de terras devolutas e o usucapião.